

A Cidade-Espetáculo e as Favelas

Visibilidade e Invisibilidade Social da Juventude no Rio de Janeiro

Diógenes Pinheiro¹

Resumo

Os jovens das periferias urbanas e, particularmente, aqueles que vivem em favelas têm seu cotidiano marcado pela combinação de vulnerabilidades: baixa escolaridade, convívio com grupos criminosos armados e preconceito. Embora correta, essa leitura não retrata com total fidelidade o papel importante que eles têm desempenhado na busca por visibilidade social, por meio da criação de grupos culturais e educacionais. Nas duas últimas décadas, eles se constituíram em um dos grupos socialmente mais ativos e participativos do país. Por isso, as propostas de redução de vulnerabilidades têm se utilizado da cultura como ferramenta de participação/mobilização, formação e transformação da autoimagem juvenil, tradicionalmente vinculada à incompletude e à carência, estigma que recai, principalmente, sobre os jovens de origem popular. Nesses contextos, a cultura tem funcionado como uma porta de entrada para o mundo da leitura, da educação formal e não formal, que podem ampliar sua rede de relações e repertório de conhecimentos, elementos fundamentais, entre outras coisas, para conseguir um trabalho decente, demanda central das juventudes atuais. O atual reconhecimento das culturas produzidas por jovens das periferias no entanto, pode ser o ponto de partida, mas não é o ponto de chegada na luta pela igualdade de direitos na cidade, uma vez que as mudanças no sistema de oportunidades sociais dependem de políticas públicas articuladas de educação, cultura e trabalho, que sejam capazes de atingir um maior número de jovens e, assim, ajudar a reverter a vulnerabilidade social vivenciada, de forma intensa, pelos jovens brasileiros das periferias.

Palavras-chave: Educação. Cultura. Juventude urbana.

¹ Economista (UFRJ, 1986), doutor em Ciências Sociais (Unicamp, 1999), professor-adjunto da Escola de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação e, desde 2011, pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

**THE SPECTACLE CITY AND THE SLUMS:
social visibility and invisibility of the youth in Rio de Janeiro**

Abstract

Young people from the urban periphery and, particularly, those living in slums have their daily lives marked by the combination of vulnerability: poor education, living with armed gangs and prejudice. Although correct, this reading does not portray with complete fidelity the important role they have played in the pursuit of social visibility, by creating cultural and educational groups. In the last two decades, they constituted a group of socially active and participatory in the country. Therefore, the proposed reduction of vulnerabilities have been used as a tool of the culture of participation / mobilization, formation and transformation of youthful self-image, traditionally linked to the incompleteness and lack, stigma falls mainly on the young of popular origin. In these contexts, culture has functioned as a gateway to the world of reading, formal and informal education, which can extend your network of relationships and repertoire of knowledge, key elements, among other things, to get a decent job, central demand of today's youth. However, the current recognition of crops produced by youth of the suburbs may be the starting point, but it's not the point of arrival in the struggle for equal rights in the city, since the change in the system of social opportunities depends on public policies articulated education, culture and work, they are able to reach a larger number of young people and thus help reverse the social vulnerability experienced so intense by the brazilian youth of the peripheries.

Keywords: Education. Culture. Urban youth.

Marco Polo: As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Kublai Khan: Eu não tenho desejos nem medos, e meus sonhos são compostos pela mente ou pelo acaso.

Marco Polo: As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

Kublai Khan: Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge.

(Ítalo Calvino – As Cidades Invisíveis

São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 44).

Este texto busca entrar no debate sobre a distribuição desigual de direitos de cidadania a partir da análise histórica do fenômeno da favelização e da reflexão sobre práticas de extensão universitária junto a jovens moradores de favelas cariocas, analisando as suas lutas por visibilidade social, reconhecimento político e acesso à cultura e à educação.

No trecho em epígrafe, o escritor Ítalo Calvino (1923-1985) recria, poeticamente, os diálogos entre o navegador italiano Marco Polo o imperador tártaro Kublai Khan, no período de 17 anos em que este esteve na capital do império, a cidade de Cambaluc, que vem a ser a atual metrópole de Pequim, na China. Os relatos se passam no século 13 e começam com Marco Polo narrando sua peregrinação pelas cidades distantes do vasto império, que o próprio Khan nunca chegou a conhecer. Em determinado momento imaginação e realidade se confundem, levando a que os protagonistas – e o próprio leitor – já não saibam se as cidades descritas são, de fato, verdadeiras. Por fim, ambos concluem que isso não importa tanto, pois quem define a forma de existência das cidades – reais ou imaginárias – são os próprios homens, e que, portanto, a configuração das cidades é resultado das perguntas e respostas ligadas aos nossos desejos e medos.

A provocação de Calvino nos ajuda a pensar os medos e desejos refletidos na ocupação espacial e social do Rio de Janeiro, metrópole conhecida nacionalmente como a “cidade maravilhosa”, mas que se divide territorialmente² entre cidadãos de primeira e de segunda categoria. Entre os residentes na cidade formal, isto é, aquela parte da metrópole suprida por serviços básicos, como saneamento, coleta de lixo, ordenamento urbano, e aqueles que construíram, por conta própria, aparatos urbanos mínimos em meio à precariedade e à ausência do Estado, e que ainda têm de enfrentar o domínio de grupos criminosos armados, tanto do tráfico de drogas quanto das milícias policiais, que repartem o domínio sobre as comunidades populares, conhecidas por seus diversos nomes e configurações, como favelas, conjuntos habitacionais, loteamentos, periferias, quebradas, etc.

Às vésperas de sediar grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e a Olimpíada, em 2016 – que terão repercussão mundial, a cidade do Rio de Janeiro enfrenta uma velha questão: integrar as favelas à vida da cidade. Longe de ser uma questão limitada ao planejamento urbano, o tema remete aos fundamentos da desigualdade social brasileira, que, visto sob o prisma da ocupação territorial da cidade, permitiu a construção da ideia da não cidade e, portanto, do não cidadão. Assim, a transformação da “cidade maravilhosa” em “cidade-espetáculo” representa um novo momento dessa relação tensa entre a favela e a chamada cidade formal. Dependendo do campo de disputas, isso pode dificultar ou facilitar a concretização das lutas históricas de setores populares que é ter, finalmente, as favelas como partes integrantes da cidade.

² O conceito de território como central nas análises sociais deve muito à vasta obra do geógrafo e cientista social brasileiro Milton Santos, que produz uma reflexão fundamental para se entender a necessidade de reafirmação do território como determinante analítico, sobretudo na sociedade global que emerge ao fim do século 20. Como ele costuma afirmar, a despeito da aparente indiferenciação dos espaços e tempos advindos dos processos de globalização, cada um experimenta essa realidade a partir do território onde se encontra e, dizia, viver em Nova York ou em Nova Délhi são experiências totalmente distintas, mesmo numa sociedade global. Por reterritorialização estou entendendo a reapropriação de um território a partir de novas práticas sociais dos sujeitos ali residentes. Ver a respeito, Santos 2002.

Favelas e a cidade formal: uma história de encontros e desencontros

Ao longo de mais de um século de existência das favelas na cidade do Rio de Janeiro, processos geopolíticos complexos foram reconfigurando a relação entre essas comunidades populares e a cidade formal, refazendo permanentemente o conceito de direito à cidade (Lefebvre, 1982). Quando as favelas surgiram, no começo do século 20, foram tratadas como focos de doenças e lugar de moradia de marginais. A partir da década de 40, essas comunidades se tornaram progressivamente presentes no cenário da cidade, ainda que ignoradas. Entre 1960 e 1970 foram removidas, por meios violentos, para afastar parte da população mais pobre das áreas nobres da cidade, mas sem a existência de um projeto de habitação popular. Atualmente as favelas são a parte mais visível da ocupação urbana da metrópole carioca, embora ainda sejam pensadas como territórios à parte da cidade, como a não cidade, e a todo o momento ressurja o fantasma da remoção, que voltou a acontecer em ritmo acelerado desde 2010, em decorrência das grandes obras em execução para os eventos mundiais.

É importante ressaltar que o surgimento das favelas no Rio de Janeiro é resultado de um fenômeno moderno e não resquício de um passado colonial supostamente atrasado. As favelas são fruto da modernização conservadora levada a cabo pelas elites econômicas cariocas do início do século 20, quando a cidade se remodelava seguindo o padrão adotado em Paris durante a gestão do prefeito George Eugène Haussmann, iniciada em 1860. Entre 1902 e 1906, o prefeito do Rio de Janeiro foi o engenheiro Francisco Pereira Passos, que havia estudado na França e presenciado as reformas urbanas da capital francesa. Ele trouxe para o país o novo padrão urbano moderno, cujas características principais eram a criação de largas avenidas abertas à circulação dos carros que surgiam como a grande novidade no período. Eram ruas e avenidas voltadas para o comércio de luxo, com cafés, teatros e outros espaços de convivência para a burguesia emergente. Assim, a antiga metrópole colonial de São Sebastião do

Rio de Janeiro ficava para trás e a nova cidade que surgia se queria cada vez menos mestiça e cada vez mais europeia. Um passo necessário foi a expulsão dos pobres, geralmente ex-escravos, do centro da cidade.

Como lembrou Schwarz (2005), porém, a chegada dos ideais burgueses liberais ao Brasil foi uma espécie de “ideia fora do lugar”, dado que esse liberalismo convivia contraditoriamente com o modelo escravista colonial. Assim, a partir da Proclamação da República, em 1889, pouca coisa mudou na relação dos grupos socialmente dominantes com a massa de trabalhadores pobres. Nas cidades, as condições de precariedade se reproduziam e se aprofundavam, como narrou o antropólogo Darcy Ribeiro:

Grande parte desses negros dirigiu-se às cidades, onde encontrava um ambiente de convivência social menos hostil. Constituíram, originalmente, os chamados bairros africanos, que deram lugar às favelas. Desde então, elas vêm se multiplicando, como a solução que o pobre encontra para morar e sobreviver. Sempre debaixo da permanente ameaça de serem erradicados, expulsos (Ribeiro, 1995, p. 222).

O reconhecimento da presença histórica dos pobres na constituição da cidade não caminhou, no entanto, para um reconhecimento político desses sujeitos como cidadãos. Mesmo no campo ideológico dos grandes pensadores políticos de esquerda – do qual Darcy Ribeiro é um dos melhores exemplos – é possível notar a associação entre pobreza e criminalidade, nunca explicitada, mas muito presente no debate que marca as Ciências Sociais brasileiras do século 20, principalmente nas décadas de 60 e 70, em torno do conceito de exclusão social.

Formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os bóias-frias, os empregados na limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes

de organizar-se para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição de classe intrinsecamente oprimida (p. 209).

O uso do termo favela para designar as comunidades populares na cidade do Rio de Janeiro, no entanto, é um pouco anterior às reformas de Pereira Passos, surgiu no final do século 19, a partir do crescimento do Morro da Favela, atualmente conhecido como Morro da Providência, situado no centro da cidade, que foi inicialmente ocupado pelas famílias dos soldados vindos da Guerra de Canudos, em 1897. Era um momento especialmente difícil para a população pobre da cidade, pois se vivia também o auge da fase “sanitarista” que resultou na remoção das habitações populares que ocupavam partes do centro urbano, os chamados cortiços ou “cabeças-de-porco” (Abreu, 1987).

Tendo perdido seus soldos, sem ter qualquer outra fonte de renda e sem poder continuar morando na cidade, inúmeras famílias de ex-soldados e das demais famílias despejadas dos cortiços começaram a ocupar as encostas da cidade, construindo suas moradias precárias, geralmente feitas de restos de madeira das demolições que assolavam a cidade. Segundo reza a lenda, o nome favela seria uma lembrança do sertão de Canudos e designava uma planta extremamente resistente que nascia agarrada às rochas das encostas secas. Surgia, assim, a primeira associação, atualizada ao longo do tempo, entre favela e resistência.

Como afirmam Silva e Barbosa (2005), aceita a tese de que os moradores de favela são incapazes e incivilizados, a partição da cidade também se justifica e se naturaliza. Nesse sentido, a proximidade territorial entre o “morro” e o “asfalto”³ não tem nenhuma importância, pois a indiferença torna-se a consequência lógica dessa invisibilidade social. Uma das características mais presentes na ocupação da cidade foi simplesmente ignorar a presença das co-

³ No jargão popular, “morro” denomina qualquer comunidade pobre ou favela, mesmo que muitas vezes ela seja em terrenos planos. Já “asfalto” refere-se à cidade formal, onde há calçamento, saneamento, enfim, direitos. A esse respeito, ver Silva e Barbosa (2005).

munidades populares e conviver com áreas não urbanizadas, porém próximas à cidade formal que, conforme se expandia, requisitava também mão de obra para servir classes médias e altas.⁴

Desde a década de 40, diversos sambas exaltavam o estilo de vida sofrido, mas conformado, dos moradores dos morros cariocas, e podem ser lidos como peças que compunham essa tradição cultural de naturalização da desigualdade social, sendo uma fonte rica para captarmos o imaginário social das classes mais abastadas sobre o lugar que cabia às camadas populares na vida da cidade. A imagem recorrente do morador de favela é a do malandro cordial, geralmente a do negro sorridente de camisa listrada e pandeiro na mão. O curioso é que essa imagem – que nos representava até mesmo no exterior, principalmente por meio dos filmes da cantora Carmen Miranda, produzidos nos EUA – escondia um aspecto sombrio de nossa identidade cultural, que era o preconceito social e racial. Se olhássemos para os habitantes da cidade formal nesse mesmo período veríamos uma classe média conservadora, que por ser católica desprezava o candomblé e outras manifestações culturais negras, apegada a uma moral racista e extremamente hierarquizada em termos de classes sociais, local de moradia e ocupação.⁵

A imagem começa a se tornar desfocada. Quem é o carioca típico? O morador de classe média ou o malandro do morro? Onde se dá o encontro entre esses dois mundos? Se concordarmos com Da Matta (1981), esse encontro não ocorre e é, justamente, essa ausência de relação para além do trabalho servil que está na base do racismo brasileiro, que não caminha para o confronto entre as raças, mas sim para a invisibilidade do negro e pobre perante a classe média branca, o que torna a imagem do malandro realmente uma imagem, algo incorpóreo em termos de relações sociais.

⁴ Ver a respeito, Valladares (1978).

⁵ *Não fala com pobre/ não dá mão a preto/ não carrega embrulho/ Pra que tanta banca, doutor? Pra que tanto orgulho?*, conforme ironizava o samba de Billy Blanco, intitulado “A banca do Distinto”.

A naturalização de destinos sociais tão desiguais leva à indiferença. A indiferença social pode assumir formas diversas, como o afastamento daquele que é mais próximo, como mostra a noção de “esfriamento” das relações sociais, exposta por Elias (2001) em um ensaio sobre a velhice e a morte. Para o autor, uma característica das sociedades contemporâneas, especialmente daquelas mais desenvolvidas, é o distanciamento progressivo que marca o convívio com os moribundos e os mortos. O tabu da morte se reforça à medida que se avança para um maior controle da vida, mediante técnicas modernas que reduzem os riscos de morte precoce e aumentam o nosso ciclo biológico. Os velhos e moribundos, no entanto, nos lembrariam da precariedade desse controle, uma vez que se pode postergar, mas nunca evitar a decadência física e a morte. Como mostra o autor, até meados do século 18, a morte era uma experiência pública, pois morria-se geralmente em casa, cercado de parentes. Com o avanço do processo civilizador, porém, a morte é empurrada para o que o autor chama de “bastidores da vida social”: os asilos e hospitais, que ocultam a agonia e a morte. O esfriamento e a falta de identificação com o outro leva a que os indivíduos se vejam em posições absolutamente apartadas no campo social, criando novas formas de segregação social e convívio exclusivo entre iguais, como a atual sociabilidade desenvolvida nos condomínios fechados e shopping centers.

Na literatura sobre favelas, as analogias com doenças (“cancro”, “câncer”, “anomalia”) não ocorrem por acaso, e atestam o mesmo sentimento de repulsa e negação que, historicamente, as favelas impuseram à cidade. Na impossibilidade de realizar esse projeto eugênico de exclusão dos pobres, negros e mestiços da cidade, restaram duas alternativas: afastar as favelas dos espaços mais nobres da cidade ou simplesmente ignorá-las. As duas alternativas foram postas em prática ao longo da trajetória de mais de cem anos da existência das favelas cariocas.

Na década de 60 do século 20 transformações mundiais profundas, como o crescimento do movimento negro norte-americano, em sua luta por direitos civis, ajudaram a pautar novos posicionamentos de grupos tradicionalmente excluídos, que incidiram, primeiramente, sobre a visão de setores mais inte-

lectualizados das classes médias, levando a reacomodações nessas relações tão cristalizadas. Nesse período, assistimos a uma enorme movimentação política nas periferias rurais e urbanas no Brasil, que no caso do Rio de Janeiro, especificamente, levou a uma maior organização dos moradores de favelas na luta pela melhoria de suas condições de vida e urbanidade ou contra as remoções.⁶ O fato é que a subalternidade, tal qual tinha sido experimentada pelos grupos populares, havia se quebrado. O distante se tornara mais próximo e a desigualdade não era mais vista como algo absolutamente natural e contingente.

Dilemas contemporâneos entre a favela e a cidade

Este relato é resultado de um projeto de extensão universitária que ocorreu nas favelas do Chapéu Mangueira e Babilônia, que são frutos dessa expansão tolerada e ignorada de comunidades populares em uma área muito nobre do ponto de vista econômico e turístico, o bairro do Leme, início da praia de Copacabana, símbolo maior da “cidade maravilhosa”. Ambas são comunidades populares antigas, cuja origem remonta à década de 40 e, embora situadas em um bairro de alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano),⁷ ainda apresentam problemas de infraestrutura urbana (água, luz, saneamento) e carecem de espaços educativos e culturais para a juventude. Marcadas nas últimas décadas pela forte presença do narcotráfico, somada à baixa escolaridade da população, apresentam um quadro de grande vulnerabilidade social, sobretudo da juventude.

⁶ A esse respeito, ver Perlman (1977), Valladares (1978) e Valla (1986).

⁷ O IDH é um índice que incorpora vários fatores e varia de 0 a 1, indicando boas condições de vida quanto mais próximo de 1 estiver. Em 2007, o IDH do bairro do Leme era 0,955, muito maior do que o de bairros populares como Cidade de Deus (0,751). Em uma listagem de 182 países, o Brasil está na 75ª posição e apresenta um IDH médio (0,813). De acordo com Sen (2000), a vantagem do IDH diante de outros índices de mensuração de renda, como a renda per capita, é que esse índice é mais preciso ao incorporar a vivência dos indivíduos e grupos a partir da renda e de outras dimensões da cidadania moderna, como o acesso ao saneamento, saúde e educação. Porém, não é capaz de medir diferenças como as apresentadas entre territórios tão próximos, mas que apresentam condições de vida tão distintas como os que estamos analisando.

Segundo dados do Instituto Pereira Passos,⁸ essas comunidades fazem parte da V Região Administrativa (Bairro de Copacabana) que, na sua totalidade possuía, em 1991, 8.621 pessoas residindo em favelas distribuídas em 2.322 domicílios. Em 2000 esses números eram, respectivamente, de 10.579 pessoas em 3.130 domicílios. Em pesquisas de campo realizadas em 2002 nessas duas comunidades,⁹ entretanto, estimamos que ali habitavam aproximadamente 2.500 pessoas, distribuídos em 400 domicílios, dos quais 50,77% são crianças e jovens de 0 a 24 anos. Entre os 683 responsáveis por domicílio apenas 56% dos indivíduos apresentavam até 5 anos de estudo. A baixa escolaridade se refletia diretamente na renda dos moradores das áreas em análise. Do total de responsáveis por domicílio, 77%, ou 520 indivíduos, recebiam de 0 a 3 salários mínimos, reforçando relação direta entre renda e escolaridade, no entanto entre 2002 e 2008, as duas favelas apresentaram elevado crescimento populacional e, embora não existam dados confiáveis, estima-se que hoje sejam habitadas por aproximadamente 4 mil pessoas.

Em 2008 as duas comunidades viveram um momento particularmente difícil da sua história, pois, a despeito da presença ostensiva do tráfico, eram relativamente tranquilas. O confronto permanente entre facções criminosas pelo controle do narcotráfico local gerou o fechamento ou interrupção das poucas atividades culturais existentes. A guerra entre quadrilhas criminosas rivais levou pânico aos moradores de todo o bairro, processo que se estendeu por meses. Em 2009, a ocupação das comunidades por forças policiais e pela presença do Estado, por meio da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) levou a uma trégua no ciclo de confrontos violentos.

As UPPs são o novo modelo de política de segurança instalado no Rio de Janeiro, que alcançou, ao fim do ano de 2011, 20 conjuntos de favelas entre as mais de 750 cadastradas, em 2005, pelo Instituto Pereira Passos (Cavalleri;

⁸ Disponíveis em: <www.rio.rj.gov.br/ipp>. Acesso em: 20 mar. 2010.

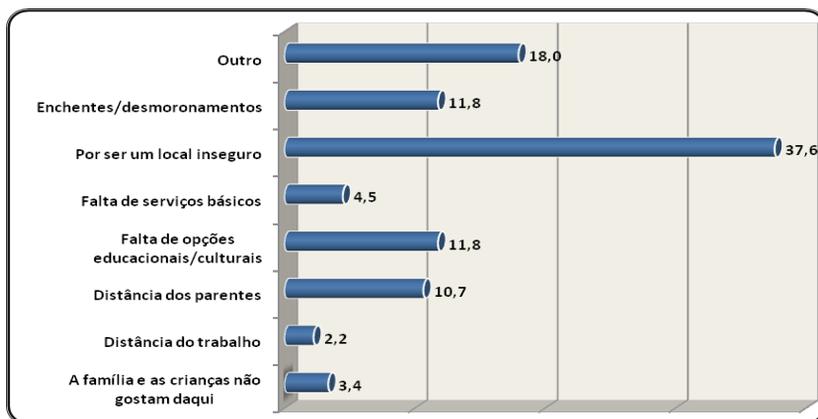
⁹ Fundação Ford/Observatório de Favelas, 2002.

Lopes, 2006). Calcula-se que aproximadamente 1,5 milhão de pessoas residam em comunidades de baixa renda na cidade. As UPPs caracterizam-se pela ocupação das comunidades por integrantes da polícia Militar, com o auxílio das Forças Armadas, visando a coibir a presença de criminosos armados. O objetivo é a retomada do território por parte do Estado e, por isso, a ação é complementada com a chegada de serviços básicos até então inexistentes (água, saneamento, coleta de lixo, etc.).

Geralmente o trabalho se conclui com a instalação de um batalhão da Polícia Militar dentro dessas comunidades e o investimento em um trabalho permanente de prevenção à presença de grupos criminosos, que têm migrado para áreas mais distantes, uma vez que esse modelo tem priorizado áreas mais nobres da cidade. Há vantagens imediatas bem visíveis, como o fim de confrontos entre quadrilhas rivais e a repressão à circulação de pessoas armadas nas comunidades, mas o modelo vem sendo criticado por alguns especialistas por se limitar a uma substituição do controle do narcotráfico por um Estado policial, sem participação de lideranças comunitárias e da população residente em geral (Machado da Silva, 2010).

Em uma das primeiras avaliações sobre as UPPs, na qual foram entrevistados 126 moradores de duas favelas que haviam recebido esta política de segurança, as comunidades de Dona Marta e Macacos, Nunes e Pinheiro (2011) afirmam que grande parte dos entrevistados gosta de residir nas comunidades em que vive, porém gostaria de morar em outro lugar devido à falta de segurança. A insegurança que ronda o cotidiano dessas comunidades é tão forte a ponto de este ser o principal motivo que levaria esses indivíduos a morar em outro lugar e apresentar um índice três vezes maior do que qualquer outro motivo apontado pelos entrevistados como determinante para a sua saída da comunidade. Há uma clara percepção dos moradores sobre os problemas de suas comunidades, pois elencam entre as principais dificuldades a violência (47,6%), o acúmulo de lixo (44,9%) e a presença de esgoto a céu aberto (32,4%).

Gráfico 1 – Entrevistados segundo principal motivo que o faria sair da comunidade (%)

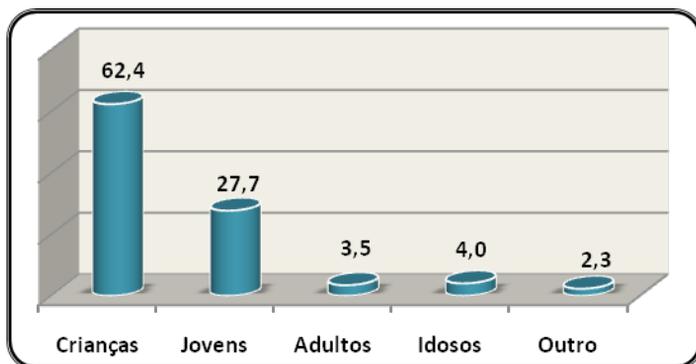


Fonte: Nunes; Pinheiro, 2011.

Entre esses problemas, porém, apenas a violência é determinante na sua opção de sair da comunidade, pois quando indagado sobre os motivos que o levariam a sair, a violência ganha relevo, alcançando 37,6% de respostas como o motivo principal de mudança, superando em muito os desafios colocados pela falta de serviços básicos, como coleta de lixo e saneamento, que não têm peso determinante nessa opção, chegando a menos de 5% das respostas. Mesmo grandes dificuldades, como o risco de enchentes/desmoronamentos ou a ausência de opções culturais e educacionais, chegam a pouco mais de 10% de respostas apontadas como fatores que levariam os entrevistados a sair da sua comunidade. Nesse sentido, é correto afirmar que, segundo a percepção dos sujeitos entrevistados, a violência é o principal problema enfrentado em seu cotidiano.

O gráfico a seguir expressa a opinião dos entrevistados em relação aos sujeitos que mais sofrem as consequências da violência na comunidade em que vivem. Aproximadamente 1/3 declarou que são as crianças as maiores vítimas (62,4%), seguidas dos jovens (27,7%).

Gráfico 2 – Entrevistados segundo quais os que mais sofrem as consequências da violência na comunidade (%)

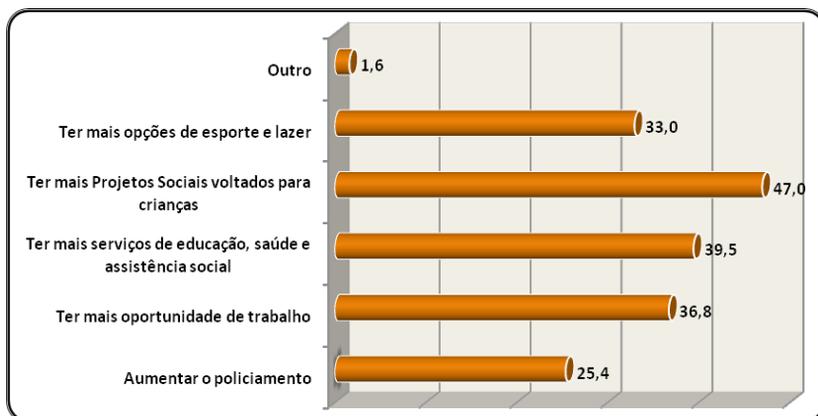


Fonte: Nunes; Pinheiro, 2011.

No que diz respeito à questão da violência, os entrevistados apontam que o medo excessivo (30,8%) é a situação que mais afeta o cotidiano das crianças em sua comunidade. Também se evidencia brincadeiras que reproduzem violência (16,5%) e atitudes agressivas (16,5%).

Conforme demonstra a representação gráfica, 47% dos entrevistados acreditam que ter mais projetos sociais voltados para as crianças é uma importante medida para se enfrentar a violência na comunidade. O aumento do policiamento, por sua vez, aparece como a última opção identificada pelos moradores (25,4%).

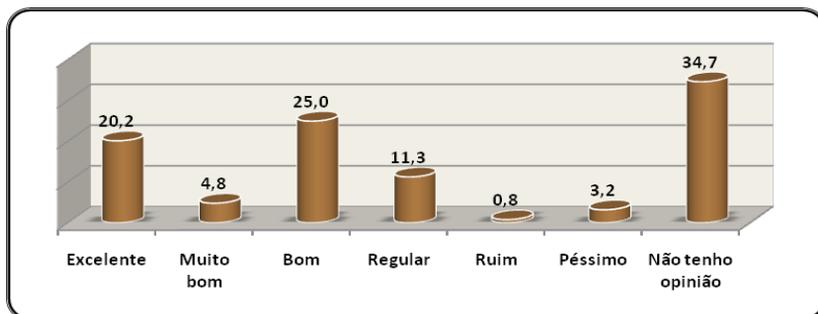
Gráfico 3 – Entrevistados segundo medidas para combater a violência na comunidade (%)



Fonte: Nunes; Pinheiro, 2011.

No que se refere à instalação de Unidades de Polícia Pacificadora no estado do Rio de Janeiro, mais de 1/3 dos entrevistados não tiveram nenhum tipo de opinião (34,7%). Dos que manifestaram opinião sobre a atual política pública de segurança, a metade dos respondentes classifica de forma positiva, sendo que 25% declaram como “bom”; 20,2% como “excelente” e 4,8% como “muito bom”. Mais de 11% assinalam como “regular” e apenas 4% consideram a iniciativa como ruim/péssima.

Gráfico 4 – Entrevistados segundo a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora no estado do Rio de Janeiro (%)



Fonte: Nunes; Pinheiro, 2011.

Finalmente, é importante destacar que do mesmo modo que a violência é percebida, reconhece-se também o papel desempenhado pelas entidades educativas na criação de um ambiente seguro. As creches são apontadas como sendo um espaço de segurança por 63,2% dos entrevistados, seguidas pela escola (44,9%), posto de saúde (25,9%) e pelas instituições religiosas (25,4%).

A percepção da existência de uma rede de proteção, somada ao forte sentimento de pertencimento à comunidade em que vivem, presente nas falas dos entrevistados, parecem indicar caminhos promissores para pesquisas que busquem enfrentar os desafios postos pela nova agenda de segurança pública em comunidades populares. Destaca-se, ainda, a presença de projetos sociais como algo que traz qualidade à vida desta população, o que demanda a necessidade de esses projetos estarem articulados com uma agenda pública de segurança. Os entrevistados, ao responderem às questões discursivas levantam, majoritariamente, a necessidade de incremento de projetos, atividades relacionadas à segurança, além de espaços de lazer e mais oportunidades de emprego e condições de moradia.

Jovens como sujeitos políticos em disputa

A classificação dos territórios populares é um campo de disputa que opõe paradigmas que se refletem diretamente no desenho conceitual das políticas de juventude. Há uma luta por reconhecimento visível, principalmente, no campo da cultura, da produção e difusão de imagens e relatos que mostram a existência de uma outra periferia, diferente daquela usualmente retratada na mídia, em que se tem dignidade, beleza, trabalho, em um esforço de se tentar superar, a duras penas, os estigmas que recaem sobre as classes populares no Brasil.¹⁰

¹⁰ Um dos melhores exemplos nessa direção é o extraordinário acervo construído por um dos maiores fotógrafos brasileiros, João Roberto Ripper, na sua parceria educativa com jovens da Maré, que resultou na Escola de Fotógrafos Populares e no site Imagens do Povo (<www.imagensdopovo.org.br>).

É duro o cotidiano em territórios nos quais os direitos são mínimos. O silêncio é a característica principal daqueles que experimentam fortemente a discriminação, o que dificulta enormemente a avaliação de problemas que ocorrem na fase de execução do projeto e que terão desdobramentos ao longo de toda a ação. Parte importante da dificuldade de diálogo se deve ao fato de os jovens não se considerarem no direito de questionar deliberações vindas de uma instituição tão respeitável como é considerada a universidade. Mesmo que não se perceba plenamente, a extensão universitária ainda vive sob o domínio daquilo que Chauí (1980) chamou de “discurso competente” quando a fala dos técnicos e burocratas tende a silenciar as vozes dos outros sujeitos sociais, sobretudo daqueles, como os jovens pobres, tradicionalmente vistos como “incompetentes”. O maior desafio é tentar entender o que esses jovens pensam e desejam, pois costumam a expressar sua opinião e não estão habituados a ouvir e a ser ouvidos. Desenvolver metodologias capazes de dar voz aos sujeitos é um ponto forte do campo da Educação Popular, no entanto nem tudo que sabemos na teoria conseguimos transferir corretamente para a prática.

Nas entrevistas de seleção para o projeto, perguntávamos qual a profissão que gostariam de ter se pudessem escolher livremente, enfatizando claramente que não desconhecíamos a sua condição social. Mesmo assim, a maioria absoluta escolheu profissões de baixo *status* social e baixa remuneração: lixeiros, garçons, cozinheiros. Qualquer alternativa parecia distante demais do cotidiano e das possibilidades que viam para si mesmos. Embora fossem jovens de uma área privilegiada da zona sul carioca, território que representa, por excelência a “cidade maravilhosa”, eles tinham pouco acesso à cidade. A noção de periferia se manifestava não como distância física, mas como distância social.

Eles jamais haviam entrado em centros culturais, pois, conforme argumentaram inicialmente, “eram caros”. Quando lembrados que em sua maioria eram espaços gratuitos, argumentavam que “não se sentiam à vontade”. A vida dos jovens de comunidades pobres é geralmente muito voltada para o “aqui e agora”, ou seja, sem muitos projetos de futuro e sem integração maior com a vida

cultural da cidade, uma vez que não têm dinheiro para circular e não se sentem à vontade em ambientes culturais marcados pelos comportamentos que definem o estilo de vida das classes média e alta, para o que não se sentem preparados.

Passado o choque inicial com uma juventude que dizia não sonhar, o desafio era fazê-los refletir sobre seus desejos pessoais, para a comunidade e para a cidade em que vivem. As ações desenvolvidas foram pensadas para auxiliar esses jovens na construção de um projeto de vida integral, por meio do fortalecimento da ótica de que são sujeitos de direitos, isto é, portadores e, ao mesmo tempo, difusores de práticas responsáveis no campo da saúde, da educação e da cultura. Além de estimular a participação comunitária, a intervenção pretendia desenvolver habilidades e conhecimentos essenciais, capazes de permitir que esses jovens tivessem mais autonomia. Partimos da compreensão de que um projeto de desenvolvimento significa, primordialmente, a ampliação das liberdades individuais e coletivas e que para alcançar esses objetivos deve-se promover a criação de condições habilitadoras para o exercício da liberdade.¹¹

Do ponto de vista deste projeto, essas condições habilitadoras eram: 1) Práticas responsáveis no campo sexual e prevenção no uso de drogas lícitas e ilícitas; 2) Habilidades para o trabalho ao lado da continuidade da jornada educacional; 3) Desenvolvimento e fortalecimento de redes culturais da juventude. Sobre cada uma dessas condições habilitadoras foi pensado um tipo de intervenção, sempre ligada a uma pesquisa com os jovens alvos do projeto e, ao mesmo tempo, estimulando-os a fazerem as mesmas perguntas que fazíamos a eles a outros jovens de sua rede social. Essa metodologia de pesquisa baseou-se

¹¹ Como afirma Sen (2000), ninguém é livre só porque deseja ou pode ser totalmente livre sem que o outro também o seja, isto é, a liberdade está no início e no fim de qualquer processo de desenvolvimento. Nesse sentido, “condições habilitadoras” são os requisitos mínimos para o exercício de sua ação como cidadão. Acesso à saúde, educação e liberdade de expressão seriam, dentro dessa perspectiva, condições habilitadoras para a expansão da cidadania nesses territórios vulneráveis.

em um conjunto de pesquisas recentes que vêm se utilizando de abordagens diferenciadas para tentar apreender a variedade de possibilidades da condição juvenil.¹²

As pesquisas, no entanto, mostram as dificuldades enfrentadas por inúmeros projetos de prevenção ao uso de drogas ou conscientização sobre as consequências do sexo sem proteção, HIV/Aids e gravidez precoce e indesejada, que continuam afetando, majoritariamente, jovens entre 13 e 19 anos de idade, a despeito de várias campanhas de prevenção focadas neste segmento.

Mesmo assim, em dois anos formamos 30 jovens para realizar oficinas de educação para a saúde, voltadas a outros jovens dessas comunidades, orientados por um mestre em Educação e 10 estudantes universitários de quatro graduações diferentes (Biblioteconomia, Enfermagem, Pedagogia e Teatro), com bolsas de estudos do MEC. A meta era atingir em torno de mil jovens e utilizamos metodologias participativas, teatro/educação e animação cultural como forma de envolvê-los nas atividades, promovendo ações culturais ligadas à expansão de sua autonomia como sujeitos plenos: portadores e difusores de direitos sociais.

Foram muitos os problemas surgidos na fase de instituição do projeto, momento decisivo para qualquer um deles, especialmente para os de extensão que implicam uma atuação direta em um território, como já indicava um texto importante que mapeou as políticas de juventude na década de 90:

Na realidade, a implementação implica em novas decisões [...] processo esse dotado de acentuada complexidade, e que articula o sistema político em suas várias dimensões com a realidade concreta das práticas políticas e sociais dos diversos interessados (Rua, 1998, p. 733).

Além das dificuldades em lidar com um campo de forças complexo, composto por vários agentes com interesses e concepções diversas, o grande problema é que os jovens idealizados nos projetos não são os mesmos da realidade. Eles não são nem protagonistas, nem carentes, mas indivíduos com

¹² Ver a respeito, Abramovay; Castro (2006) e Abramovay; Andrade; Esteves (2009).

vontades, opiniões e saberes nascidos de sua experiência real. Ao lado disso, atuamos em um território onde o convívio com lideranças juvenis criminosas produziu efeitos profundos na subjetividade desses jovens, que acentuaram a busca de saídas individuais e a vontade desenfreada de pertencer a outro mundo que não aquele da comunidade, o que era visível no consumo voraz (centrado em roupas, festas, shopping centers), que por não poder se realizar plenamente torna-se mais uma fonte de frustração.

A um campo de trabalho crítico juntaram-se as dificuldades gerenciais, como descontinuidade de recursos e, principalmente, os equívocos cometidos pela própria equipe gestora em ter um verdadeiro diálogo com aqueles que deveriam ser nossos parceiros. Os prazos, resultados quantitativos exigidos, relatórios, em suma, a burocratização da relação contribuiu para transformá-los em objeto de intervenção, levando o projeto a becos sem saída que só foram superados com a ajuda deles.

Ao escolher falar de erros e descaminhos, busca-se abordar um dilema teórico e prático em relação à ação política da juventude de periferia que acreditamos que possa contribuir para uma espécie de balanço sobre parcerias educativas no campo da educação popular. Dito de modo simples, a participação é condição necessária, mas não suficiente, para o êxito dessas parcerias, que necessitam de políticas articuladas de educação, cultura e trabalho, que sejam capazes de responder de modo satisfatório ao conjunto complexo de demandas dessa juventude.

Refazendo o caminho: os jovens por eles mesmos

Em uma importante pesquisa nacional, Abramo e Branco (2005) mostraram que os problemas que mais preocupam os jovens são, em ordem de importância: violência; emprego; drogas; educação; saúde; miséria; família; crise econômica; assuntos pessoais; questões sociais; administração política no Brasil; relacionamentos íntimos; meio ambiente; moradia; sexualidade.

Quando perguntados sobre os assuntos que mais os interessam atualmente, aparecem, também em ordem de importância, os seguintes temas: educação; emprego; cultura/lazer; esportes; relacionamentos amorosos; família; saúde; violência; drogas; governo; sexualidade; temas gerais; religião; amizades; economia. Ainda segundo a pesquisa, em respostas espontâneas sobre o que há de melhor e pior em ser jovem surge o seguinte quadro, a partir das cinco primeiras respostas: Entre as piores coisas: 1º. Nada, ou seja, não há nada de ruim em ser jovem; 2º. Conviver com riscos; 3º. Drogas; 4º. Violência; 5º. Más companhias. Entre as melhores coisas: 1º. Não ter preocupações/responsabilidades; 2º. Viver com alegria e aproveitar a vida; 3º. Lazer e entretenimento; 4º. Estudar e adquirir conhecimentos; 5º. Ter liberdade.

Longe de esgotar um tema tão complexo, essa pesquisa nos ajudou a começar um diálogo mais direto com os jovens de nosso projeto, ouvindo deles como se viam no mundo e quais suas aspirações, sonhos, desejos. Além disso, interessava saber como eles se viam na cidade e como conseguiam se enxergar no futuro. Seguimos as sugestões contidas na pesquisa, pois se mostraram um bom roteiro para despertar a sensibilidade deles e que poderia servir de estímulo para que buscassem conhecer também seus colegas de geração.

Essa pesquisa acabou nos levando a realizar um censo nas duas comunidades, que chegou a mapear as condições de vida e saúde de aproximadamente cem domicílios, mas que teve de ser interrompido com o início dos conflitos armados no fim de 2008. De qualquer modo, algo havia mudado no projeto e, aos poucos, os jovens se sentiam mais ouvidos pela equipe da universidade.

Nós também conseguíamos enxergar com mais clareza quem eram os nossos parceiros: jovens que entre 13 e 19 anos que ainda estão no Ensino Fundamental, quase todos negros (pretos e pardos), com pouca rede social além da comunidade, estudantes da rede pública de ensino, com alguns problemas com autoestima, mas que ao mesmo tempo acreditam que podem mudar sua vida para melhor. Em suma, um retrato bastante complexo que mistura experiências muito distintas para moradores de um mesmo território.

Desde então, as práticas responsáveis de prevenção no campo da saúde reprodutiva têm merecido um tratamento mais cuidadoso, que vai além da mera distribuição de preservativos, uma vez que envolve a sua percepção de um projeto de vida de médio e longo prazos, que começa na apropriação dos espaços públicos da cidade e aponta, no limite, para seu ingresso na universidade. Esse projeto de vida, no entanto, tem de fazer sentido dentro dos horizontes que experimentam nesse momento de suas vidas, caso contrário perde a capacidade de mobilizar suas energias e de chamar atenção dos demais jovens das comunidades.

A ampliação e o fortalecimento das redes de juventude também dependem fortemente do desenvolvimento de ações integradas e contínuas envolvendo a sociedade civil organizada e também, necessariamente, o Estado, para além de sua face policial. Esse processo complexo, no entanto, vai além de uma maior presença no plano cultural e pode ser definido desde já como a desnaturalização da desigualdade social, ou seja, a tomada de consciência, sobretudo por parte das novas gerações, de que a realidade social brasileira, muitas vezes tão indigna, pode e deve ser mudada a partir de ações solidárias dos próprios sujeitos que experimentam a fundo a desigualdade. O investimento nos jovens, contudo, ainda está muito aquém do necessário e há problemas graves na concepção e execução de muitas políticas públicas para a juventude, que sofrem, sobretudo, de falta de integração e de descontinuidade.

Em pouco tempo de convívio nas comunidades populares percebe-se que, entre acertos e erros, a presença de mediadores – religiosos, políticos, militantes, assessores de ONGs – é valorizada e considerada importante na afirmação de redes de moradores e, particularmente, dos jovens, pois contribui para a visibilidade e para a articulação dessas redes, que lhes dá oportunidades de ampliação de seus horizontes culturais e existenciais. A universidade também faz parte dessa rede e, a despeito de ser um lugar especializado na formulação de uma visão crítica da sociedade, muitas vezes reproduz padrões autoritários ou assistencialistas de intervenção.

A questão permanece: o que mobiliza os jovens? Por que alguns apenas passam pelos projetos, enquanto outros se apropriam deles como espaço de construção de uma nova identidade social? Tratar esse tema do ponto de vista meramente individual não resolve o problema de fundo, que é, afinal, entender as possibilidades de construção de políticas públicas integradas de educação, saúde, cultura e direitos. O desenvolvimento de redes culturais com vitalidade e voz ativa nos debates públicos pode mostrar que os jovens das periferias têm muito a dizer sobre si mesmos e sobre a cidade. Nas comunidades populares há – na verdade, sempre houve – vozes qualificadas, mas que não foram e não são ouvidas em razão do predomínio da “visão higienista” ou da “visão criminalizante” sobre os seus moradores,¹³ que são tidos ora como carentes, ora como potenciais criminosos, mas poucas vezes são considerados parceiros na definição de um destino comum para a cidade.

Não há como dizer que essa seja uma história sobre “protagonistas”, tal como esses jovens aparecem nos esboços de políticas públicas, mas também não é uma história sobre carentes ou excluídos. É um acerto de contas com um conjunto de experiências que buscam propor uma nova forma de vida na cidade do Rio de Janeiro, cidade que poderia ser maravilhosa, talvez ainda não seja para esses jovens, mas, segundo eles, um dia será.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Marconi (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma Pesquisa Nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVOY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: UNESCO; Secretaria Nacional de Juventude; MEC, 2009.

¹³ Ainda vistos como “classes perigosas”, como destacou Coimbra (2001).

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1987.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo Peres. *Favelas cariocas: ocupação das áreas ocupadas – 1999-2004*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, dez. 2006. (Coleção Estudos Cariocas, nº 20061201).

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: *Cultura e Democracia*. O discurso competente e outras falas. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

COIMBRA, Cecília. Operação Rio. O mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói; Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Intertexto, 2001.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 1982.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Os avanços, limites e perigos das UPPs. In: *Jornal O Globo*, Caderno Prosa e Verso, p. 3, 20/3/2010.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; PINHEIRO, Diógenes. *O impacto das políticas de segurança pública sobre a infância em comunidades urbanas de baixa renda*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28., 2011, Recife. Alas Recife 2011, v. 2. p. 391.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. *O processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2002.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Jailson Souza e. *Por que uns e não outros?* Caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2003.

SILVA, Jailson Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: X-Brasil; Senac-Rio, 2005.

UNESCO. *Otra Manera de Aprender*. Estudos de caso. División de Las Naciones Unidas en Educación. Paris: sección de VIH y el Sida., 2007.

VALLA, Victor Vincent. *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

Recebido em: 22/3/2010

Aceito em: 23/5/2011